



Por unidade, controle social, equidade e fortalecimento da resposta brasileira ao HIV/Aids, IST, hepatites virais, tuberculose, HTLV, transplantes e determinantes sociais da saúde.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 2026

A **Coalizão +Brasil**, frente ampla composta por organizações da sociedade civil, fóruns, articulações, redes, coletivos, movimentos e ativistas de todas as regiões do país, reunida no Rio de Janeiro por ocasião de seu Encontro Nacional nos dias 21 a 23 de maio de 2026, reafirma seu compromisso histórico com a defesa do **Sistema Único de Saúde — SUS**, do **Sistema Único de Assistência Social — SUAS**, dos direitos humanos, da justiça social, da democracia, da equidade e da participação social qualificada.

Esta Carta nasce da escuta, do diálogo e das reflexões coletivas realizadas durante o encontro, reunindo contribuições de lideranças, assessorias, representantes territoriais e militantes que atuam diretamente no enfrentamento ao **HIV/Aids**, às **infecções sexualmente transmissíveis — IST**, às **hepatites virais**, à **tuberculose**, ao **HTLV**, às doenças determinadas socialmente e às múltiplas formas de exclusão que atravessam a vida das populações mais vulnerabilizadas.

A Coalizão +Brasil reconhece que a resposta brasileira ao HIV/Aids foi construída com coragem, ciência, solidariedade e participação social. Foi a organização da sociedade civil, ao lado de profissionais comprometidos, gestores públicos sensíveis e comunidades diretamente afetadas, que ajudou o



Brasil a se tornar referência mundial na garantia do tratamento universal e na defesa da saúde como direito.

No entanto, os desafios atuais exigem uma nova etapa de maturidade política, recomposição do diálogo, fortalecimento da governança democrática e capacidade coletiva de construir consensos. Não basta preservar a memória da luta. É preciso atualizar suas estratégias, ampliar suas vozes e garantir que nenhuma população, território ou pauta seja deixada para trás.

1. Governança, sociedade civil e controle social

Durante o encontro, a experiência apresentada pela Gerência Estadual de IST/Aids do Rio de Janeiro demonstrou que, mesmo diante de dificuldades internas de governança nas estruturas públicas, é possível construir caminhos de diálogo permanente com a sociedade civil organizada.

A realização de reuniões periódicas, a escuta dos coletivos, a busca de consensos e a recuperação de espaços formais de controle social são exemplos concretos de que a relação entre gestão pública e movimento social pode produzir avanços quando baseada em respeito, método, transparência e compromisso comum.

A Coalizão +Brasil reafirma que a sociedade civil não deve ser vista como obstáculo à gestão pública. Ao contrário, a sociedade civil é parceira estratégica na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas. Muitas pautas só avançam quando há pressão social legítima,



organizada e propositiva. Em muitos momentos, é a insistência dos movimentos sociais que ajuda a romper estruturas administrativas enrijecidas, localizar caminhos institucionais e transformar demandas históricas em respostas concretas do Estado.

Por isso, defendemos que a incidência política esteja acompanhada de estratégia, base técnica, articulação territorial e leitura cuidadosa dos contextos locais, estaduais, nacionais e internacionais. É necessário buscar resoluções, decretos, notas técnicas, entendimentos jurídicos e instrumentos institucionais capazes de dar sustentação às pautas coletivas e fortalecer a continuidade das políticas públicas.

2. Pela recomposição democrática dos espaços de articulação

A Coalizão +Brasil manifesta preocupação com práticas que possam produzir concentração de poder, baixa renovação das representações, hierarquização entre organizações e enfraquecimento dos espaços coletivos de articulação.

A **Comissão de Articulação com os Movimentos Sociais — CAMS**, assim como qualquer espaço de diálogo entre Estado e sociedade civil, deve existir para articular a pluralidade dos movimentos sociais, e não para reproduzir disputas internas, permanência indefinida de grupos nos mesmos espaços ou práticas que dificultem a renovação, a oxigenação e a participação de novas lideranças.



É necessário reconhecer que o movimento social brasileiro é diverso, territorializado e composto por múltiplas trajetórias. Nenhuma organização, rede, coletivo, fórum, movimento ou liderança deve ser tratada como secundária, periférica ou de menor legitimidade. A renovação, a transparência e a ampliação da participação são condições fundamentais para que os espaços de articulação mantenham legitimidade social e capacidade real de incidência.

A disputa permanente, a desqualificação entre pares e a fragmentação interna enfraquecem o movimento Aids e reduzem sua capacidade de defender políticas públicas universais, equânimes e baseadas em evidências. Quando os espaços coletivos deixam de priorizar consensos estratégicos e passam a ser ocupados por disputas de poder, toda a resposta nacional perde força.

Nosso tempo exige responsabilidade histórica. O cenário nacional e internacional impõe desafios profundos: sustentabilidade do financiamento, enfrentamento ao estigma, ampliação do acesso ao cuidado integral, garantia da prevenção combinada, fortalecimento da vigilância, proteção das populações em maior vulnerabilidade e defesa incondicional do SUS.

Diante disso, a Coalizão +Brasil defende uma cultura política baseada no respeito, na solidariedade, na transparência, na corresponsabilidade e na construção de consensos possíveis, sem apagar divergências, mas colocando a vida, a saúde pública e os direitos humanos acima das disputas internas.

3. Hepatites virais e pessoas transplantadas: uma pauta que precisa sair da invisibilidade



As contribuições apresentadas por, trouxeram ao debate a invisibilização histórica das pessoas com hepatites virais, das pessoas transplantadas e de suas famílias nas agendas públicas de saúde, comunicação, financiamento, acolhimento e proteção social.

A luta das pessoas com hepatites virais e das pessoas transplantadas ainda ocupa lugar secundarizado nas campanhas e nas estratégias permanentes dos governos federal, estaduais, distrital e municipais. Em muitos territórios, essas populações seguem sem incentivo adequado, sem visibilidade pública proporcional à gravidade de suas demandas e sem políticas integradas de cuidado, prevenção, acompanhamento, reabilitação, apoio psicossocial e garantia de direitos.

A Coalizão +Brasil reafirma que as hepatites virais, os processos de transplante e as condições de vida das pessoas transplantadas devem ser reconhecidos como pautas centrais da saúde pública, da assistência social e dos direitos humanos.

Pessoas transplantadas não podem ser lembradas apenas no momento do procedimento cirúrgico ou nas campanhas de doação de órgãos. Elas precisam de acolhimento contínuo, acesso oportuno a medicamentos, acompanhamento multiprofissional, proteção social, segurança alimentar, suporte emocional, informação qualificada e políticas públicas capazes de garantir vida digna após o transplante.



Também é necessário reconhecer que muitas pessoas que vivem com hepatites virais enfrentam diagnóstico tardio, estigma, dificuldades de acesso ao cuidado especializado e ausência de campanhas permanentes de prevenção, testagem, tratamento e acompanhamento. Essa realidade exige resposta pública estruturada, financiamento sustentável e maior articulação entre vigilância, atenção primária, assistência especializada, organizações da sociedade civil e controle social.

4. Pessoas indígenas vivendo com HIV/Aids: reconhecimento, respeito e transversalidade

Foi igualmente destacada a situação das **pessoas indígenas vivendo com HIV/Aids**, que muitas vezes permanecem invisibilizadas tanto nas políticas públicas quanto nos próprios espaços de militância.

Além das barreiras territoriais, culturais, linguísticas e institucionais, essas pessoas enfrentam preconceitos, silenciamentos e ausência de reconhecimento de suas vivências dentro da luta indígena, da luta contra o HIV/Aids e dos espaços de controle social.

A Coalizão +Brasil compreende que não há resposta efetiva ao HIV/Aids, às IST's, às hepatites virais, à tuberculose, ao HTLV e às doenças determinadas socialmente sem reconhecer a transversalidade das populações indígenas, ribeirinhas, quilombolas, negras, LGBTQIA+, pessoas em situação de rua, profissionais do sexo, pessoas privadas de liberdade, pessoas idosas, pessoas



com deficiência, pessoas transplantadas e demais grupos historicamente vulnerabilizados.

A invisibilização das pessoas indígenas vivendo com HIV/Aids revela a necessidade de uma política pública verdadeiramente intersetorial, intercultural e territorializada. É preciso reconhecer que a saúde indígena não pode ser tratada de forma isolada das pautas de HIV/Aids, saúde sexual, direitos humanos, enfrentamento ao racismo, combate ao estigma, proteção social e garantia do cuidado integral.

Defendemos que as pessoas indígenas vivendo com HIV/Aids sejam reconhecidas como sujeitos políticos da resposta brasileira, com direito à escuta, representação, participação e construção de políticas que respeitem seus territórios, suas culturas, suas línguas, suas espiritualidades e seus modos próprios de organização.

5. Por uma agenda coletiva nacional da Coalizão +Brasil

A Coalizão +Brasil compreende que sua agenda nacional deve ser ampla, intersetorial e enraizada nos territórios. Não podemos aceitar uma resposta fragmentada, seletiva ou hierarquizada. A luta pelo HIV/Aids deve dialogar com hepatites virais, tuberculose, HTLV, IST, saúde indígena, saúde da população negra, saúde LGBTQIA+, envelhecimento, transplantes, assistência social, segurança alimentar, saúde mental, redução de danos e enfrentamento das desigualdades estruturais.



A unidade que defendemos não é uniformidade. A unidade que defendemos é a capacidade de caminhar juntos, mesmo na diversidade de experiências, territórios, identidades e leituras políticas. É reconhecer que a pluralidade fortalece a luta quando há método, escuta, ética e compromisso com o bem comum.

Por isso, a Coalizão +Brasil apresenta os seguintes compromissos e reivindicações:

1. **Reafirmar a defesa incondicional do SUS e do SUAS**, com financiamento adequado, gestão pública responsável, participação social e garantia de acesso universal, integral e equânime.
2. **Fortalecer os espaços de controle social**, assegurando transparência, representatividade, renovação, participação qualificada e respeito às organizações, redes, fóruns, coletivos e lideranças territoriais.
3. **Recompôr o diálogo nos espaços de articulação nacional**, especialmente na relação entre movimentos sociais, gestão pública e instâncias de participação, com metodologia clara, calendário público, registro dos encaminhamentos e pactuação de responsabilidades.
4. **Garantir critérios transparentes para representação e participação**, evitando concentração de poder, personalismo, exclusões indevidas ou hierarquização entre organizações da sociedade civil.
5. **Construir uma agenda nacional comum de advocacy**, com prioridades pactuadas, base técnica, incidência política e defesa permanente das populações diretamente afetadas. Principalmente quando refere-se ao



financiamento é ao controle social dos recursos destinados ao enfrentamento ao HIV/Aids, hepatites virais, tuberculose, HTLV, IST's e Pessoas transplantadas,

6. **Incluir as hepatites virais e as pessoas transplantadas como eixo permanente da agenda da Coalizão +Brasil**, com campanhas públicas, acolhimento, acompanhamento, proteção social, acesso a medicamentos e cuidado integral.
7. **Reivindicar campanhas permanentes sobre hepatites virais, doação de órgãos, transplantes e cuidado pós-transplante**, com financiamento, comunicação acessível, mobilização territorial e enfrentamento ao estigma.
8. **Fortalecer o diálogo com associações de pessoas transplantadas, movimentos de hepatites virais e serviços especializados**, garantindo presença dessas pautas nos espaços de controle social e nas estratégias de incidência política.
9. **Reconhecer as pessoas indígenas vivendo com HIV/Aids como sujeitos políticos da resposta brasileira**, garantindo escuta, representação, respeito intercultural e participação qualificada na formulação das políticas públicas.
10. **Reivindicar políticas interculturais, intersetoriais e territorializadas para o cuidado de pessoas indígenas vivendo com HIV/Aids**, respeitando identidades, territórios, línguas, culturas, espiritualidades e modos próprios de organização.
11. **Combater toda forma de estigma, preconceito, racismo, LGBTfobia, capacitismo, etarismo, xenofobia, misoginia e discriminação**,



inclusive quando essas violências se manifestam dentro dos próprios espaços de militância.

12. **Promover formação política, técnica e comunitária permanente**, fortalecendo lideranças, organizações e territórios para atuação qualificada no controle social, na incidência legislativa, na comunicação pública e no monitoramento das políticas.
13. **Buscar instrumentos normativos e institucionais**, como resoluções, decretos, notas técnicas, recomendações, planos de ação e pactuações interfederativas, que deem sustentação às reivindicações do movimento social.
14. **Defender a sustentabilidade financeira das políticas públicas e das organizações da sociedade civil**, reconhecendo que não há resposta efetiva sem financiamento, estrutura, continuidade e valorização do trabalho comunitário.
15. **Rejeitar práticas de desqualificação, silenciamento, exclusão ou apropriação dos espaços coletivos**, reafirmando uma cultura política baseada no respeito, na solidariedade, na democracia interna e na corresponsabilidade.

6. Nosso chamado

A Coalizão +Brasil reafirma sua disposição para o diálogo, para a construção de consensos e para a recomposição de pontes entre organizações, redes, fóruns, coletivos, movimentos, lideranças, gestores públicos, conselhos,



universidades, organismos internacionais, parlamentares e demais instituições comprometidas com a saúde pública e os direitos humanos.

A luta contra o HIV/Aids nasceu da coragem de pessoas que se recusaram a aceitar o abandono, o silêncio e a morte como destino. Essa história nos convoca a agir com responsabilidade, unidade e visão estratégica.

Não podemos permitir que disputas internas, invisibilizações históricas ou ausência de políticas públicas enfraqueçam a resposta brasileira. É tempo de recompor, pactuar e avançar.

A Coalizão +Brasil seguirá defendendo uma agenda nacional baseada em evidências, participação social, equidade, intersetorialidade, transparência, solidariedade e justiça social.

Nenhum território será esquecido.

Nenhuma pauta será secundária, e nenhuma vida será deixada para trás.

Assinam este documento: Ativistas independentes, instituições signatárias, fóruns, OSCs, articulações, redes e coletivos de luta contra HIV/Aids, tuberculose, hepatites virais e DTNs.

**Coalizão+Brasil
De mãos dadas, transformamos.**